

Congresso produz menos do que em 1990

Édson Gês 13/11/91

Scheila Bernadete

A perspectiva de intensa atividade para o primeiro ano da nova Legislatura parece que vai ficar na promessa: o Congresso Nacional mostrou pouco trabalho em relação a igual período do mandato anterior. Mesmo com a trégua do Executivo, que reduziu o número de medidas provisórias ao Legislativo — cinco contra 297 — a produtividade deixou a desejar, se for considerada a vontade de mudanças demonstrada pelos novos parlamentares, nos primeiros meses deste ano.

Até o momento — faltando apenas 15 dias para o recesso — 131 matérias foram apreciadas pelo Congresso, através de sessões conjuntas da Câmara e do Senado, contra 169 do ano retrasado. Oitenta e uma sessões estavam registradas até ontem, sendo que em 1990, nesta época, já tinham sido realizadas 105 e em 89, 122.

Outro aspecto a ser registrado é que, apesar da renovação em torno de 63% das cadeiras na Câmara e um terço no Senado, o Congresso continua sendo fonte de pouca inspiração para grande parte dos parlamentares — com raras exceções — que, desmotivados por alguma razão, ou mesmo idealismo, preferem fugir de seus compromissos, viajando pelo mundo ou escondendo-se através de desculpas.

Os atuais membros do Congresso, deputados e senadores, começaram o ano com muito fôlego, apreciando cerca de 100 matérias no primeiro semestre, mas acabaram aprovando até o momento 67 proje-

tos de lei e 242 renovações e concessões de rádio e televisão.

A produção foi mais ativa em termos de comissões. Foram instaladas onze CPIs nesta legislatura: seis mistas (Câmara e Senado), duas no Senado e três na Câmara. Entre elas, as já concluídas comissões parlamentares de inquéritos que investigaram as fraudes na Previdência Social, o narcotráfico no País e as causas da fome. Em andamento, vale ressaltar a CPI que examina o novo Código Civil e a Comissão Especial destinada a estudar as atividades da Eco-92, que será realizada no Rio.

As comissões permanentes da Câmara encerrarão o ano com um saldo positivo: aprovaram 70 projetos entre 466 apreciados, em 291 reuniões, contra as 220 deste mesmo período em 90. No Senado, também o trabalho das comissões foi maior: 121 reuniões. Na legislatura passada, o total foi de 78 sessões.

Atuação exemplar

Independente de estatísticas produtivas, o presidente do Congresso, senador Mauro Benevides, entende que o funcionamento da Casa tem sido exemplar, “especialmente em termos de governabilidade”. Antes de qualquer acusação ao Congresso por não ter cooperado para um entendimento nacional, Benevides reage, citando o apoio do Legislativo à condução da máquina administrativa federal, “quando quase todas as propostas do Presidente Collor foram aprovadas”.

A única medida provisória rejeitada pelo Congresso foi a 296, que concedia reajustes diferenciados aos funcionários públicos. En-



Benevides prefere destacar que o funcionamento do Legislativo tem ajudado a “governabilidade”

tre as propostas aprovadas estão recursos do Fundo de Renovação da Marinha Mercante em favor da companhia de navegação Lloyd Brasileiro; o programa nacional de desestatização; livre negociação para reajustes escolares; desindexação da economia; congelamento de preços e salários e normas para a utilização dos cruzados confiscados. Todas oriundas do Executivo e de amargas lembranças. O restante dos projetos aprovados resultou,

em sua maioria, em vetos presidenciais.

Câmara

O Presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, argumenta que o mais importante é ressaltar as qualidades das matérias aprovadas. Durante 175 sessões deliberativas, a Câmara votou projetos importantes, alguns já transformados em lei, como a do inquilinato; da informática; eleitoral; do trabalhador doméstico; do custeio e benefi-

cio da Previdência Social; da organização judiciária do Distrito Federal e territórios e a lei de falências.

Além destes, os deputados aprovaram a criação de mais três novas estrelas do pavilhão nacional referentes aos estados de Mato Grosso do Sul, Amapá e Roraima. Em sessão histórica, que apresentou o maior quórum — 466 de um total de 503 — a Câmara dos Deputados cassou o mandato parlamentar de Jabes Rabelo, por falsidade

ideológica, dando um exemplo de independência corporativista.

Senado

O Senado, depois de muita polêmica, conseguiu aprovar a concessão de benefícios para a zona franca de Manaus, após inúmeras propostas de empréstimos a estados e municípios. Neste meio tempo, deu aval até para a realização de sessão especial em homenagem ao primeiro centenário da morte de D. Pedro II, agora em dezembro. Mas também foi palco de memorável sessão: a emenda Richa, que prevê a antecipação do plebiscito para sete de setembro de 1992.

A proposta do senador José Richa (PSDB-PR) ficou registrada nos anais do Senado como “o segundo exemplo” — conforme definiu o próprio Richa — da falta de palavra do presidente Collor. O primeiro aconteceu no ano passado, quando da votação das leis de custeio e benefício da Previdência: depois de garantir às lideranças que não vetaria os projetos, para propiciar um acordo, voltou atrás e os vetou totalmente. O entendimento só ocorreu no final de junho.

Com a emenda que antecipava o plebiscito e que deverá ser apreciada pela Câmara, em dois turnos, a situação foi praticamente a mesma. Depois de declarar que não trabalharia contrário à aprovação da matéria — promessa feita inclusive para o próprio autor, devido a sua posição favorável à proposta — Collor resolveu agir exatamente o inverso. E a antecipação que havia sido aprovada em primeiro turno, por razoável diferença, terminou sendo rejeitada no outro, por falta de três votos para completar os 3/5 necessários.